

## **VOTO Nº 141/2025/SEI/DIRE2/ANVISA**

Processo nº 25351.367377/2019-13  
Expediente nº 0028912/25-0

Analisa o recurso referente ao indeferimento da petição de notificação de produto saneante isento de registro.

Recorrente: L.M. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ: 22.399.174/0001-01

Posicionamento: CONHECER DO RECURSO e NEGAR PROVIMENTO.

Área responsável: Gerência Geral de Cosméticos e Saneantes – GGCOS

Relator: Daniel Meirelles Fernandes Pereira.

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto sob o expediente nº 0028912/25-0 pela empresa L.M. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., em desfavor da decisão proferida em 2ª instância pela Gerência Geral de Recursos (GGREC) na 34ª Sessão de Julgamento Ordinária (SJO), realizada em 04 de dezembro de 2024, na qual foi decidido, por unanimidade, CONHECER do recurso e NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1501951/24-3- CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Em 16/11/2021, foi encaminhado o Ofício nº 4355075214 comunicando o cancelamento da notificação do

produto saneante "ELIMINADOR DE ODORES CASAFLOR PET", conforme o seguinte motivo:

"A indicação ELIMINADOR DE ODORES, informada no nome e no rótulo do referido produto, não atende ao disposto no Art. 16 da RDC nº 59/2010. Produtos com essa característica são passíveis de registro. Nesse sentido, é necessário **comprovar eficácia bactericida ou bacteriostática**, o que **não caracteriza produto saneante notificado**. Ademais, a **indicação de PET descrita no nome e no rótulo** do produto não é contemplada pela definição de saneante dada pela Lei nº 6.360, de 23 setembro de 1976."

Em 17/11/2021, a empresa acessou a notificação.

Em 02/12/2021, a empresa protocolou recurso de 1ª instância por meio do expediente nº 4744272/21-5.

Em 04/12/2024, foi publicado o aresto de não provimento ao recurso.

Em 13/12/2024, a Coordenação Processante (CPROC) enviou à recorrente ofício eletrônico constante nos autos, informando da decisão proferida em 2ª instância, o qual foi lido pela empresa em 18/12/2024.

Em 09/01/2025, a recorrente protocolou o presente recurso administrativo de 2ª instância, acima citado.

É o breve relatório.

## 2. ANÁLISE

### 2.1 Do juízo quanto à admissibilidade

Os pressupostos para o conhecimento do recurso administrativo, indispensáveis para o prosseguimento da demanda, estão previstos no art. 63 da Lei nº 9.784/1999 e nos arts. 6º e 7º da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 266/2019, de 8 de fevereiro de 2019. São eles: tempestividade, legitimidade e não exaurimento da esfera administrativa.

O recurso administrativo deve ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência do interessado, conforme dispõe o art. 8º da RDC nº 266/2019:

Art. 8º O recurso administrativo deve ser requerido mediante protocolo do interessado, com exposição dos fundamentos do pedido de reexame, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação do interessado, se contra decisão:

I - decorrente de análise técnica no âmbito de atuação da Agência; ou

II - exarada no âmbito de sua gestão interna.

No caso em análise, a empresa recorrente foi notificada da decisão de segunda instância, com ciência em 18/12/2024. O recurso de segunda instância foi interposto na data de 09/01/2025, sendo, portanto, tempestivo.

Quanto à legitimidade, verificou-se que o recurso foi interposto por pessoa legitimada, em conformidade com o disposto no art. 58 da Lei nº 9.784/1999. Ademais, a interposição foi realizada perante o órgão competente para apreciação do recurso administrativo.

## **2.2. Das alegações da recorrente**

A empresa sustenta que o produto "ELIMINADOR DE ODORES CASAFLOR PET" foi desenvolvido como *Eliminador de Odores*, destacando sua capacidade de eliminar maus odores, inclusive de urina e fezes de animais, e de perfumar o ambiente com diferentes fragrâncias. Argumenta que a quantidade de conservantes está em conformidade com a RDC nº 30/2011, respeitando os limites legais para saneantes, e que essa conformidade afastaria a caracterização do produto como *neutralizador de odores*. Defende ainda que o produto não possui ação antimicrobiana ou desinfetante, não se propondo à atividade bactericida, o que, segundo sua interpretação, permitiria a manutenção da notificação como saneante de uso geral, sem necessidade de registro.

## **2.3. Do juízo quanto ao mérito**

Trata-se de recurso administrativo interposto contra a decisão que indeferiu a regularização do produto denominado "ELIMINADOR DE ODORES CASAFLOR PET", em razão da

inadequação da indicação constante no rótulo e no nome do produto, conforme previsto no art. 16 da RDC nº 59/2010.

A recorrente apresentou documentação visando comprovar a eficácia do produto como eliminador de odores. No entanto, os resultados trazidos aos autos demonstram que o produto atua como neutralizador de odores, reduzindo a percepção de maus odores (fezes e urina animal). Tal característica enquadra o produto como *Neutralizador de Odores*, conforme definição estabelecida pela RDC nº 208/2003, que assim dispõe:

*"Neutralizador de odores: produto que em sua composição apresenta substância(s) capaz(es) de neutralizar ou reduzir a percepção de odores desagradáveis, por processos físicos, químicos ou físico-químicos, podendo ou não deixar efeitos residuais odoríferos."*

Importante salientar que, nos termos da regulamentação vigente, a indicação **ELIMINADOR DE ODORES** somente pode ser utilizada por produtos que comprovem eficácia bactericida ou bacteriostática. Tais características são exigidas para produtos sujeitos a registro, e não se aplicam a saneantes notificados, como é o caso dos autos. A ausência dessa comprovação inviabiliza o uso da expressão pretendida pela recorrente.

Adicionalmente, observa-se que a utilização do termo *Pet* no nome e no rótulo do produto não é permitida pela legislação sanitária aplicável. A Agência veda expressamente o uso de termos como “Pet”, “Cão (dog)”, “Gato (cat)”, “Casa & Pets” e similares, bem como a inserção de figuras, desenhos ou fotos de animais domésticos, ainda que relacionados ao ambiente onde vivem, em produtos saneantes. Tal restrição visa evitar qualquer interpretação de que o produto se destina ao uso direto em animais, o que não é autorizado.

Verifica-se que as alegações trazidas no recurso apenas reiteram argumentos anteriormente apresentados e devidamente analisados e afastados no voto nº 1501951/24-3-CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA. Não houve apresentação de novos elementos técnicos ou documentais capazes de alterar o entendimento exarado pela área técnica.

Diante do exposto, considerando que o produto em

questão se enquadra como *Neutralizador de Odores* e que a utilização da expressão *Eliminador de Odores* depende de comprovação técnica não atendida, bem como a inadequação da rotulagem frente às normas vigentes, opina-se pela manutenção da decisão recorrida, negando-se provimento ao recurso.

### 3. **VOTO**

Diante do exposto, Voto por CONHECER DO RECURSO e NEGAR PROVIMENTO, mantendo-se a decisão proferida pela área técnica.

É o entendimento que submeto à apreciação e deliberação desta Diretoria Colegiada.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Meirelles Fernandes Pereira, Diretor**, em 30/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3634074** e o código CRC **D5FFDF4A**.

**Referência:** Processo nº  
25351.830290/2024-45

SEI nº 3634074